

A Europa e uma Estratégia para a Globalização

João Caraça

Departamento de Ciência, Fundação Calouste Gulbenkian

A Estratégia de Lisboa foi concebida numa época em que a nova economia baseada no conhecimento era uma meta ao mesmo tempo desejável e inovadora. A grande vantagem da Estratégia foi a de apontar uma finalidade mobilizadora em direcção ao futuro.

Porém, a Estratégia não foi traduzida rigorosa e sistematicamente na linguagem das políticas e dos programas nacionais dos Países membros, ou seja, é extremamente difícil avaliar a contribuição de um pacote de medidas governamentais de uma dada nação relativamente aos objectivos globais definidos para a União. Além de que definir “metas” a atingir através de “médias” globais, não favorece o desenvolvimento de mecanismos de avaliação: as médias escondem, precisamente, a dinâmica das transformações em curso. Mas a grande inflexão política na concepção da Estratégia foi o facto de se constituir como uma iniciativa do Conselho da UE e não da Comissão Europeia. Isto é, fá-la depender da capacidade política e vontade nacional da Presidência da União – o que implica um sistema deslizando de negociações.

O novo ciclo da Agenda de Lisboa tem que ser assumido como a estratégia da União Europeia face à globalização. O que está implicado fundamentalmente nesta globalização que vivemos é o facto de não serem as poupanças nacionais que asseguram o investimento nacional, mas sim o de ser a poupança global que decide o investimento nos projectos nacionais. É esta a razão das deslocalizações sucessivas, sem apelo.

A União Europeia tem que ser atractiva e isto implica falar menos de “conhecimento” e muito mais de “ciência”, de “aprendizagem” e, especialmente, de “tecnologia”. Quem consegue descrever claramente a um cidadão comum o que significa uma “sociedade competitiva baseada no conhecimento”? A explicação é sempre desajeitada. Fala-se de “excelência” como critério económico, tal como os filósofos gregos clássicos recorriam à invocação da “virtude” como solução para os males sociais que os afligiam.

Mas a época presente é de transição. De um mundo onde, durante mais de dois séculos, imperaram os conceitos de universal, de ciência e de governo (do Estado-nação), passámos quase sem dar por isso, ao mundo global (das economias) do conhecimento e da governança. Mas não há mudanças inocentes. O global opõe-se ao universal, o conhecimento substitui a ciência, a governança domina a governação (dos governos nacionais). Para o bem, e para o mal.

A Europa terá portanto que saber reinventar algumas das qualidades que constituíram o cerne da sua força moral e política: investir decisivamente na ciência fundamental, na criação de novas tecnologias de base científica, na vontade de derrotar a fragmentação e a descoordenação dos ciclos de decisão, no desenvolvimento de uma ética da diversidade e do multiculturalismo, encorajando a atitude de abertura ao exterior e estimulando comportamentos inovadores e comunicacionais.

Na sociedade em rede em que vivemos não é suficiente “saber”, ou “saber-fazer”, pois temos igualmente que “saber-interagir”, isto é, temos de, simultaneamente, ser *interessantes* e *interessados*. De outro modo não haverá comunicação, nem interlocutores: apenas senhores e servos. Temos de educar melhor os cidadãos, tornando-os mais conscientes da importância da prática da ciência bem como do valor do conhecimento científico. A mentalidade muda com a tecnologia.